

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (REGIONAL-  
SÃO PAULO) MANIFESTA-SE A RESPEITO DO AFASTAMENTO  
DE OLYMPIO SERRA DA DIREÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO XINGU

Diante dos acontecimentos que levaram ao afastamento de Olympio Serra, diretor do Parque Nacional do Xingu, e das notícias a esse respeito que envolviam, direta ou indiretamente, os antropólogos, a regional-São Paulo da Associação Brasileira de Antropologia promoveu um debate no dia 4 do corrente, na PUC-SP, para o qual foram convidados Olympio Serra e antropólogos que trabalharam no PNX. O objetivo da reunião foi, partindo de uma análise dos recentes eventos, avaliar a experiência do PNX dentro do panorama indigenista brasileiro.

O diretor do PNX foi afastado de seu cargo por ter-se manifestado contra a realização de cenas de uma telenovela em aldeias do Parque, e que utilizavam índios como figurantes. A equipe da TV Tupi foi deslocada para o PNX quando o diretor do Parque encontrava-se fora da área, tratando de assuntos de interesse do PNX. A equipe portava uma autorização pessoal do presidente da FUNAI - autorização que, contudo, não se adequava aos termos da Portaria 448/N de 13 de setembro de 1977, que dispõe sobre as condições de realização de filmes e gravações em área indígena que visem lucro. A referida equipe trazia consigo, igualmente, uma fita magnética em que Orlando Villas Boas exortava os Yawalapíti a encenarem rituais frente às câmeras da TV Tupi. Tudo isso sem o conhecimento do diretor do Parque que, ainda por cima, era solicitado pelo presidente da FUNAI, na autorização por este concedida à equipe, a dar apoio às filmagens.

Olympio Serra, tendo tomado ciência dos fatos, manifestou imediatamente seu protesto, lembrando que a telenovela feria o artigo 58 do Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973), que dispõe dos crimes contra os índios, e que em seu item II considera crime, passível de detenção de dois a seis meses, a utilização de índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos. Acresce que a equipe de filmagem, embora pessoalmente autorizada pelo presidente da FUNAI, não se submeteu a nenhuma das exigências que a FUNAI impõe a qualquer visitante de área indígena, e nem achou necessário entrar em contato com o diretor do PNX, que se viu assim diante de um fato consumado.

A argumentação dada a público do afastamento de Olympio

Serra foi indisciplina, o que é, no mínimo, irônico, pois o diretor do PNx simplesmente recusou-se a ser cúmplice de atitudes que feriam o Estatuto do Índio e portarias baixadas pelo próprio presidente da FUNAI. Entendemos, também, que Olympio Serra tinha todo o direito de reagir à encenação de mais um show no Xingu em benefício de uma falsa imagem da realidade indigenista brasileira. Tudo caracteriza a medida da presidência da FUNAI como arbitrária; tudo caracteriza a filmagem da telenovela como ilegal; tudo isso demonstra ainda um certo estilo de administração em que o caciquismo político e as vaidades pessoais interrompem irresponsavelmente a continuidade de um trabalho em favor de uma sobrevivência mais digna das populações indígenas. Pois o mais sério de tudo, é que o trabalho de Olympio Serra foi interrompido, e as atividades do PNx tumultuadas, num momento em que uma epidemia de sarampo grassa na área.

As autoridades da FUNAI alegaram, diante dos protestos contra o afastamento de Olympio Serra, que antropólogos, linguistas e médicos assessoraram - e portanto, apoiavam - o projeto da TV Tupi. Diante disso, os antropólogos decidiram falar por si mesmos, negando-se a ser mais uma vez usados para legitimar medidas arbitrárias. Igualmente, diante de ataques desferidos por eminentes figuras da cena indigenista contra a autoridade e capacidade profissional dos antropólogos se pronunciarem sobre tais matérias, estes consideram que têm o direito e o dever de se manifestar sobre o caso do Xingu, e sobre sua relação com os rumos atuais da política indigenista brasileira.

O trabalho de Olympio Serra na direção do PNx vinha demonstrando a viabilidade e eficácia de uma política indigenista que, sem jamais abdicar de seu dever de proteção aos índios, criasse condições para uma efetiva auto-determinação das populações indígenas, auto-determinação essa que passa necessariamente por uma tomada de consciência étnica e pela compreensão dos processos e forças que ameaçam a sobrevivência dos grupos tribais brasileiros. A experiência do Parque Nacional do Xingu, no que teve de defesa dos valores culturais indígenas, merece o apoio integral dos antropólogos. Mas devemos chamar a atenção para o fato de que, enquanto os direitos dos índios do Xingu aparecerem como "privilégios", por contrastarem violentamente com a exploração, miséria e descaso oficial a que estão sujeitos todos os demais

grupos indígenas deste país, toda uma falsa imagem da realidade indígena brasileira tende a persistir. E os índios xinguanos terminam por carregar o pesado fardo de "representarem" um "índio brasileiro" para exportação. A defesa e preservação do PNX, por quais todos nós lutamos, não pode ser usada para esconder a situação das demais áreas indígenas.

Esta defesa e preservação do PNX dependem, em última análise, do trabalho que Olympio Serra vinha realizando. Em sua gestão, as terras do Parque, várias vezes cortadas e invadidas em atenção a interesses outros que os dos índios, foram finalmente demarcadas. Em sua gestão, buscou-se dar aos índios condições para se auto-determinarem. Pois é na mão e na consciência dos índios do Xingu que reside seu próprio destino. Caso contrário, no momento em que as terras do PNX valerem mais que os lucros ideológicos auferidos pelos shows com patrocínio oficial, não se hesitará em "emancipar" os índios xinguanos - e não vai haver telenovela que o impeça.

Obs: Este note, fonte da reunião realizada dia  
04.12.78 na PUC-SP para discutir o  
trabalho de Olympio Serra no PNX, não  
conseguiu adesão de todos os participantes  
do encontro. Por isso, não chegou a ser  
divulgada e impressa.